



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS VII- GOVERNDOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS CCEA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA**

FERNANDO VIEIRA DE SOUSA

**O FUNCIONAMENTO DAS SALAS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO EM POMBAL-PB**

**PATOS, PB
2019**

FERNANDO VIEIRA DE SOUSA

**O FUNCIONAMENTO DAS SALAS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO EM POMBAL-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Ciências Exatas da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, em cumprimento às exigências como requisito para a obtenção do título de graduado em Licenciatura em Matemática.

Orientador: Prof^o Ms Jorge Miguel Lima
Oliveira

**PATOS, PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725f Sousa, Fernando Vieira de.

O funcionamento das salas multifuncionais nas escolas da rede estadual do ensino em Pombal-PB [manuscrito] / Fernando Vieira de Sousa. - 2019.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Prof. Me. Jorge Miguel Lima de Oliveira, Coordenação do Curso de Matemática - CCEA."

1. Inclusão educacional. 2. Educação especial. 3. Salas de recursos multifuncionais. I. Título

21. ed. CDD 371.9

FERNANDO VIEIRA DE SOUSA

O FUNCIONAMENTO DAS SALAS DE MULTIFUNCAIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO EM POMBAL-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura Plena
em Matemática do Centro de Ciências
Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Licenciado em
Matemática.

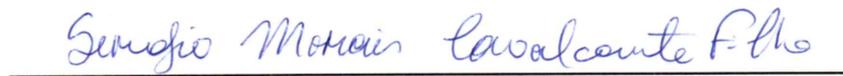
Área de concentração: Educação
Matemática

Aprovado em 03/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. José Ginaldo de Souza Farias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Sérgio Morais Cavalcante Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Dedico esse trabalho a minha mãe Joseni
Francisca de Sousa Almeida.*

O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho.

Abraham Lincoln

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	9
2.1 A perspectiva inclusiva na educação especial	15
2.2 Salas de recursos multifuncionais.....	16
2.3 Atendimento Educacional Especializado	17
2.4 A formação do professor de AEE	19
3 METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
4.1 A sala de recurso multifuncional.....	24
5 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A – ENTREVISTA	31

O FUNCIONAMENTO DAS SALAS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM POMBAL-PB

Fernando Vieira de Sousa ¹

RESUMO

O presente estudo de cunho qualitativa e quantitativo aborda o uso das Salas de Recursos Multifuncionais a partir das políticas de inclusão na rede Estadual de ensino no município de Pombal–PB. Nesse sentido a pesquisa tem como objetivo, fazer uma breve exposição acerca da inclusão educacional de alunos com necessidades especiais, no processo de ensino regular. Atualmente a Educação Especial a partir das políticas de inclusão trás um respaldo a aceitabilidade ao processo de ensino, esse tipo de atividade está assegurado em leis e documentos de órgãos internacionais governamentais e/não governamentais, os quais validam as políticas educacionais de inclusão em todo mundo. O contexto teórico desse estudo baseou-se em autores como Oliveira (2015), Aranha (2005), Brasil (2006), Santos (2012) entre outros que trabalham com a temática abordada por esse trabalho. A pesquisa foi realizada nas seguintes unidades de ensino: Escola Joana Ivanilde Bandeira, Escola. "Arruda Câmara" e Escola. João da Mata ambas localizadas no Município de Pombal e pertencentes rede Estadual de ensino do Estado da Paraíba. As considerações finais contemplaram os principais aspectos da pesquisa que certamente servirá de apoio para alunos e educadores na realização de novos estudos sobre o tema abordado.

Palavras Chaves: Educação especial. Inclusão educacional. Sala de Recursos Multifuncional.

ABSTRACT

This qualitative and quantitative study addresses the use of Multifunctional Resource Rooms for inclusion policies in the state school system of the city of Pombal-PB. In this sense, a research aims to make a brief presentation on the educational of students with special needs in the regulation process. Currently a specific special education in high school student inclusion policies, this type of activity is guaranteed by laws and public and/or non international policy documents, which are valid as selection educational policies around the world. The theoretical context of this study was based on authors such as Oliveira (2015), Aranha (2005), Brazil (2006), Santos (2012) and others who work with the theme addressed in this work. A survey was conducted in the following teaching units: School. Joana Ivanildes Bandeira, School. "Arruda Câmara" and School. João da Mata, both located in the municipality of Pombal and belonging to the state school of Paraíba. As final considerations, we consider the main aspects of research that certainly help students and educators in conducting new studies on the topic addressed.

Key Words: Special Education. Educational Inclusion. Multifunction Resource Room.

¹ Graduado curso de Licenciatura Plena em Matemática. E-mail: fernandovieirasousa688@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As políticas de educação inclusiva têm como meta garantir a todos os alunos com algum tipo de necessidade especial seu acesso ao ensino regular sem nenhuma forma de prejuízo ao seu desenvolvimento intelectual. Esse pensamento atualmente vem fazendo parte do projeto pedagógico das escolas do ensino básico.

As políticas educacionais trabalham para que todos os educandos estejam inseridos de forma igual dentro do processo de ensino evitando algum tipo de segregação por parte do sistema de ensino. Para isso é importante que a escola ofereça condições a esse público proporcionando um ambiente adequado as suas necessidades para que estes possam ter um desenvolvimento da aprendizagem de forma contínua (BRASIL, 2006).

Diante desse contexto, entendemos que o papel da escola e das políticas de inclusão tem como método auxiliar o ensino regular proporcionando ao aluno com necessidades especiais as mesmas oportunidades de aprendizado destinadas aos demais alunos descritos como “normais”.

A educação inclusiva nos permite encontrar respostas para entender e trabalhar o processo de ensino através da educação especial de forma mais justa a qual permite oportunidade de aprendizado ao individuo sem distensão e/ou exclusão. Assim, sistema educacional deve está disponível a todas as crianças, jovens e adultos, que estão excluídas do direito à educação e/ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar (BRASIL, 2006).

Ao trabalhar com a educação especializada tomando como base as políticas de inclusão educacional dentro da sala de aula, é fundamental que o professor detenha um conhecimento considerável do método de inclusão ao passo que trata-se de serviço da educação especial. Os obstáculos os quais os educadores que trabalham com ensino básico enfrentam faz com que os mesmos busquem alternativas que minimizem os déficits de aprendizagens entre alunos da educação inclusiva.

O educador no exercício da sua função precisa identificar, elabora e organiza recursos pedagógicos para melhor acomodamento do aluno, enquanto que a escola como espaço de fomentação do conhecimento deve dar condição de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

Esse trabalho analisou de forma breve as políticas de inclusão educacional a

partir do funcionamento das salas multifuncionais nas escolas da rede estadual do município de Pombal-PB. O objetivo é identificar o funcionamento desses espaços educacionais pelos quais se busca inserir o aluno com necessidades especiais no ensino regular, utilizando para isto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no que se refere às salas com recursos multifuncionais para o desenvolvimento da aprendizagem deste público atendido.

Esse trabalho se estrutura a partir da discursão sobre as políticas de inclusão educacional no sistema regular de ensino tendo como ponto de partida, o uso das salas multifuncionais nas referidas unidades escolar. Diante dessa discursão surgem alguns questionamentos como funciona o apoio das salas de recursos multifuncionais (SRM), que tipo de pedagogia inclusiva é oferecida aos alunos com necessidades especiais por essas escolas, quais os objetivos como também, qual a importância das SRM para as escolas da rede estadual de ensino em Pombal-PB. Para melhor entendimento algumas questões tornam-se norteadoras diante da temática abordada.

Qual o papel do professor diante do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, dentro do sistema educacional? Qual a importância das salas de recursos multifuncionais dentro do processo de inclusão educacional como método de auxílio para alunos com necessidades especiais? Quais os benefícios que essas políticas de inclusão trazem o desenvolvimento do sistema de ensino como todo?

A partir dessas questões é de grande valia entender como funciona o Atendimento Educacional Especializado em escolas da rede estadual de ensino da cidade de Pombal Estado da Paraíba. Pretendendo especificamente descrever os recursos multifuncionais e as políticas de inclusão educacional existentes nas escolas da rede estadual no município de Pombal–PB, além de identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais ao utilizarem essas ferramentas dentro do atual processo de ensino.

Essa pesquisa justifica-se pela a importância que as Salas de Recursos Multifuncionais exercem no processo de inclusão educacional de alunos com necessidades especiais que frequentam as escolas da rede estadual de ensino no município de Pombal-PB. O objetivo desse trabalho é corroborar com desenvolvimento de novas políticas educacionais de inclusão, sobre tudo, dentro das referidas unidades de ensino analisadas por esse estudo.

2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O processo educacional no Brasil nos últimos tempos vem por meio de leis e documentos de tratado internacional regulamentado a políticas voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais, as normas educacionais do sistema de ensino regular do país. A educação inclusiva tem como meta o desenvolvimento pedagógico, social, cultural do indivíduo, respeitando os seus limites e habilidade ao mesmo tempo em que procura desenvolver essas habilidades.

Segundo Oliveira (2015), afirma que a educação inclusiva está ligada aos movimentos educacionais de caráter mundial e voltada para atender todos os alunos de maneira igual.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (OLIVEIRA, 2015 p. 16).

Partindo desse contexto, é importante afirmarmos que o objetivo da política de educação especial e/ou inclusiva é proporcionar a cada aluno com necessidades especiais, as mesmas oportunidades que os demais educandos considerados “normais”. O sistema educacional ao ofertar oportunidades iguais para todos os alunos está promovendo inclusão e principalmente criando valores sociais ao aluno com necessidade especial.

A política de educação inclusiva teve início com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que determina em seu parágrafo 205 que: “A educação, é direito de todos e dever do Estado e da Família” (BRASIL.1988). Partindo desse contexto expositivo, a educação é um direito de todos, no entanto, cabe ao Estado e a família cuidar da educação dos seus membros.

Com relação à inclusão a Lei Federal nº 9.394/1996 LDB vem reforçando o texto constitucional ao determinar que a educação inclusiva: é prioridade para o sistema de ensino deve oferecer ao educando com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento autista (TEA) e altas habilidades as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual que os demais alunos.

No entanto, dentro da política educacional de inclusão é necessário reconhecer as dificuldades impostas pelo sistema de ensino vigente, e desta feita, buscar

soluções que venham a corroborar com diminuição e/ou exclusão destas. Nos últimos anos a discussão em torno da política educacional inclusiva vem sendo um assunto de extrema relevância, tornando-se motivo de debate no meio acadêmico com a finalidade de definir o real papel da sociedade contemporânea e da escola na superação da lógica da exclusão.

Oliveira (2015) destaca que a política de educação inclusiva passa a exercer um papel fundamental na sociedade brasileira com sua fomentação. Onde é possível se trabalhar um programa educacional voltado para o coletivo, respeitando as particularidades de cada educando.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (OLIVEIRA, 2015 p. 17).

Partindo desse pressuposto entendemos que a política de educação inclusiva nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, vem se intensificando, o intuito é facilitar o acesso à educação de qualidade as pessoas com necessidades especiais nos mesmo moldes dos que frequentam o sistema de ensino regular.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 na cidade de Jomtiem na Tailândia e a Declaração de Salamanca surgida a partir da Conferência para educação de Salamanca na Espanha, 1994 (BRASIL, 2006), configuraram para a sociedade, documentos de abordagem do discurso sobre a educação inclusiva um papel de protagonizarão dentro do sistema educacional. Porém, esses mesmos documentos determinam que a escola dentro do seu contexto, esteja estruturada para exercer sua função como campo educacional criando uma visão em que inclusão torna-se prioridade e deste modo venha eliminar a exclusão dentro do processo de ensino.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito a educação de todos permitindo que os educandos dividam o mesmo espaço independente das suas particularidades. Assim, as políticas de educação inclusiva oferecem um aprendizado coletivo em que todos aprendem e participam igualmente sem nenhum tipo de discriminação.

A política de educação inclusiva é constituída a partir de paradigma educacional tendo como base fundamental a concepção de direitos humanos onde se construí

uma educação abrangente a todos, somando valores, igualdade através das habilidades de cada um, eliminando a ideia de exclusão do educando por meio de diferenças.

Oliveira (2015) afirma que:

“A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola”. (OLIVEIRA, 2015 p. 17).

A partir da abordagem acima podemos afirmar que atualmente a escola através do sistema educacional está adaptada para o processo de inclusão sem que haja prejuízo ao educando. No entanto, muito tem que ser feito para uma educação inclusiva que venha atender as necessidades do aluno especial.

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional e a necessidade de eliminação das práticas discriminatórias, a educação inclusiva desempenha um importante papel no contexto social, além de permitir diversos debates a cerca dessa temática com base na sociedade contemporânea.

Partindo desse pressuposto, o sistema educacional tem como prioridade, a sua adaptação as novas políticas de educação passando a repensar a infraestrutura e os métodos de aprendizagem implicando em mudanças cultural e estrutural do sistema de ensino brasileiro.

O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão desenvolveu o plano de política nacional de educação especial, visando à perspectiva de que a educação inclusiva venha por meio de acompanhamento, os avanços do conhecimento e das lutas sociais, assistidas por políticas públicas educacionais oferecendo uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Ao longo da história a pessoa com de necessidades especiais era excluída do processo educacional. Com o passar do tempo o sistema de ensino teve que se adaptar as necessidades e diversidades da educação contemporânea criando uma visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência.

”A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sóciohistóricas”. (ARANHA, 2005, p. 5).

Diante do enunciado a cima, podemos afirmar que as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva devem ser elaboradas pensando a educação como mecanismo de adaptação as necessidades do indivíduo, independente da sua deficiência. Assim, a educação inclusiva parte do pressuposto que garante a inserção de todos os alunos no ensino regular. Desta feita, o educando que apresentar alguma especialidade não poderá está separado e/ou segregado dos demais alunos considerados “normais”, aja visto que o sistema de ensino deve está preparado para atender a todos de forma igualitária não permitindo nenhum tipo de exclusão.

A educação inclusiva busca responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que estão excluídas do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar (BRASIL, 2006).

Ao observarmos a afirmação acima podemos destacar que a educação inclusiva ao inserir os alunos que estão excluídos do processo de aprendizagem procura preencher uma lacuna no sistema educacional. No tocante a essa afirmação, as políticas publicas voltadas para a educação inclusiva deve ser entendida como um serviço especializado, exercido por profissionais qualificados para essa função. No entanto, é preciso que o mesmo conte com uma infraestrutura adequada que ofereça auxilio para exercer seu trabalho.

O governo Federal por meio do Ministério da Educação resolve criar a Política de Educação Inclusiva, visando à construção de uma educação qualificada para todos os alunos. (BRASIL, 2008). Diante desse contexto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva tem como meta promover a acessibilidade dos educandos com necessidades especiais, garantindo a esses a participação de forma igual aos demais no processo de aprendizagem no sistema regular de ensino.

Santos (2012) destaca que:

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; com transtornos globais de desenvolvimento são aquelas que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo; com altas habilidades/superdotação

são aquelas que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas –intelectual, acadêmica, de liderança, de psicomotricidade e das artes. (SANTOS, 2012 p. 11).

Ao analisarmos a Política Nacional de educação inclusiva identificamos que a mesma garante a participação de todas as pessoas que apresente algum tipo de necessidade especial no sistema regular de ensino brasileiro. Ao assegurar o direito do educando através da inclusão o sistema de ensino está garantindo uma educação justa e igual para todos, desde a educação infantil até o nível superior.

O atendimento educacional especializado deve contar com profissionais formados e habilitados para o exercício desta função. Assim, é importante que o professor tenha no seu currículo a formação adequada para a função. A capacitação de profissionais deve ser um dos principais pilares motriz da política de educacional inclusão como também, é de essencial importância à participação da família e da comunidade, bem como direito a acessibilidade.

O sistema de ensino deve priorizar a assistência educacional de todos alunos em sala de aula como também, prestar assistência a estes em horário oposto em salas de recursos multifuncionais, equipadas de recursos pedagógicos e profissionais qualificados para a realização de tal procedimento.

Pensar a educação especial na última década implica retomar o Plano Nacional de Educação (PNE). No âmbito do PNE foi considerada como um grande avanço a ser desenvolvido na década a “criação de uma escola inclusiva” baseada na formação de recursos humanos. (BRASIL, 2000, p. 86).

No entanto, a preocupação com o atendimento aos “educandos especiais” nas escolas de ensino regular e nas instituições especializadas nos leva a entender que a política de inclusão vem se revelando uma obrigatoriedade implicado em um novo pensamento de educação para todos. Ao mesmo tempo, registra-se a atenção dedicada ao preparo e/ou formação dos profissionais que atuam nessa área, dando ênfase a importância que esse tipo de serviço ganhou ao longo da década no país. “A educação especial está destacada em um dos princípios da Constituição Federal considerando como a inclusão das questões relativas à educação de alunos com necessidades especiais” (BRASIL, 1988 p.99).

Tendo como base o princípio constitucional relacionado à política de educação inclusiva, abre-se a discussão de que não basta apenas assisti-la de conteúdos e

disciplinas, mas também deve haver uma estrutura profissional e física que permita ao aluno especial o desenvolvimento do seu aprendizado.

A Política Nacional da Educação Especial Inclusiva evidencia a importância de um novo direcionamento no âmbito do processo de ensino a partir dos fundamentos que tem como referência os direitos humanos e o desenvolvimento da pessoa.

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Ao referenciarmos a política de educação inclusiva vale destacar que a mesma contém características próprias, as quais a diferenciam da educação regular, uma vez que essa não substitui o ensino regular e sim, exerce um papel complementar do método normal de ensino. Portanto, a educação inclusiva deve ser trabalhada em comum acordo com a educação regular para que ambas venham a auxiliar o educando corroborando com seu desenvolvimento intelectual ao longo do seu período educacional.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de nº 9.394/96 determina que o sistema de ensino brasileiro deve assegurar aos educandos currículo, métodos e recursos específicos para atender as suas necessidades e prioridades. Em 1999, sobre o Decreto nº 3.298/99 regulamentou a Lei federal nº 7.853/89, que tratava da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Diante desse contexto, as Diretrizes da LDB expandem as prerrogativas da educação especial permitindo que se realize o atendimento educacional especializado de forma que esse venha complementar à escolarização regular do aluno. Porém, o artº 2º da LDB descreve que ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino. O educando com necessidade especial tem por direito

garantido constitucionalmente o acesso a educação nos mesmos moldes daqueles matriculados no ensino regular.

2.1 A perspectiva inclusiva na educação especial

A perspectiva criada em torno da educação brasileira a partir das políticas de inclusão educacional vem obtendo resultados satisfatórios ao longo das últimas décadas ficando relativamente claro a sua importância para o sistema educacional brasileiro. No primeiro instante temos a hipótese de que as políticas educacionais voltadas para inclusão não considera o atendimento de forma segregada e sim, permitindo a mesma oportunidade a todos os educandos. Contudo, tal perspectiva pressupõe um AEE a ser realizado nas escolas regulares das redes de ensino a partir de recursos e professores específicos.

Diante dessa dinâmica as políticas da educação inclusiva obtiveram resultados positivos possibilitando uma interação conjunta dos educandos. Essa possibilidade agrega-se pela ideia de que se faz necessário respeitar as diferenças cognitivas e intelectuais de cada um dos educandos.

Assim, é notório que a política de educação especial no Brasil assim como a formação de profissionais que atuam nessa área parte da premissa de que a inclusão a partir das Salas de Recursos Multifuncionais como representativo da modalidade educação especial em sua versão não substitutiva ao ensino regular, mas deve desempenhar papel de complementação e suplementação.

Diante de todo esse contexto é importante afirmar que as políticas de educação inclusiva têm como finalidade complementar o ensino regular e não como método de substituição. A saber, ao pensar a educação especial como modalidade auxiliar é importante dar ênfase aos métodos de que em contrapartida, os AEEs têm assumido uma complementaridade formal, uma vez que não constituem serviços articulados com o trabalho pedagógico desenvolvido na classe comum.

Nesse sentido podemos dizer que em grande medida as Salas de Recursos Multifuncionais exercem um papel de apoio visto do trabalho docente ali realizado em detrimento a sala de aula do ensino regular. Assim, esse método se demonstra como essencial para o desenvolvimento do processo de ensino ao passo que o mesmo não influencia de forma direta no processo de escolarização.

2.2 Salas de recursos multifuncionais

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos os alunos com algum tipo de necessidades especiais têm direito a educação realizada em classes comuns e atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, no qual deve ser realizado de preferência em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008).

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei Federal nº 8.069/1990, em seu § 3º do Artigo 54º, estabelece que é obrigação do Estado assegurar à criança e ao adolescente um atendimento educacional especializado aos educando com deficiência, de preferência na rede regular de ensino (BRASIL, 2002).

Dentro da educação inclusiva é muito importante que a sala de recursos multifuncionais seja entendida como um espaço no qual se destina a realização do atendimento educacional especializado em torno oposto do regular. As necessidades educacionais sejam elas, especial, temporária ou permanente, deve ser compreendida como determina a (LDB), tendo como base às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2006).

Desta feita, se considera como sala de recursos multifuncionais o espaço composto e/ou organizado com materiais didáticos e pedagógicos, além de equipamentos voltados para atividade lúdica e uma equipe de profissionais (professores e auxiliares) formados e capacitados para atenderem às necessidades educacionais especiais.

É importante destacar que o professor ao exercer a sua função considere a diferença na especialidade de cada aluno e assim, desenvolva métodos de conhecimento compatível com aspectos cognitivo do educando adaptando sua pedagogia de ensino as dificuldades do aluno com necessidades especiais.

Segundo o manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, para que se tenha um espaço composta de uma infraestrutura adequada ao padrão, o Programa de Implantação do Ministério da Educação disponibiliza assistência em equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas. Como também, presta assistência oferece atendimento educacional especializado – AEE, disponibilizando, assim, materiais para as salas tipo I e de tipo

II, conforme especificações técnicas (BRASIL, 2010).

Assim, podemos afirmar que há uma grande quantidade de materiais e recursos pedagógicos utilizados como ferramenta lúdica que pode ser trabalhada em sala de aula como recursos multifuncionais. Entre esses materiais didáticos podemos destacar: jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento são ferramentas importantíssimas para o desenvolvimento intelectual do educando com necessidade especial. No entanto, todo material didático/pedagógico deve ser adaptável à capacidade cognitiva e as necessidades de cada aluno.

Outro ponto importante a ser destacado são os livros didáticos e paradidáticos impressos. Esse tipo de material deve atender de forma clara a necessidade de cada educando. Para isso, os livros em seus conteúdos devem está confeccionados com métodos como letra ampliada, em Braille, digital em Libras; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, entre outros meios de acessibilidades visando o bem-estar do educando.

Com relação ao espaço físico, a Sala de Recursos Multifuncionais precisa está assistida de materiais mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras entre outros.

Assim, entendemos que todos esses materiais citados anteriormente exercem um papel fundamental e de grande valia para a realização do atendimento Educacional Especializado e conseqüentemente para a inclusão, bem como para a adequação de cada aluno em particular, levando em consideração a subjetividade a sua particularidade.

2.3 Atendimento Educacional Especializado

Para uma educação inclusiva de qualidade que atenda todas as necessidades do educando é importante que também se tenha profissionais capacitados para o exercício, garantindo qualidade do serviço e segurança ao aluno.

O investimento na qualificação do professor e outros educadores da educação

inclusiva permite que esse execute sua função e/ou trabalho de maneira correta, visando sempre o bem-estar do aluno e de todo sistema educacional ao qual estão inseridos. É preciso que o educador tenha conhecimento amplo das necessidades individuais de cada aluno e a partir destas, trabalhe um amplo universo de atividades sociocultural buscando a inclusão não só no meio educacional, mas no meio social.

“Uma das dificuldades encontradas na formação de educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades socioculturais existentes em nosso país” (OLIVEIRA 2015 p. 25).

Pensamos que diante desse contexto, é importante que o educador esteja preparado para trabalhar não apenas as questões relacionadas a educação, mas também, as questões sociais impostas pelo convívio do aluno em sociedade. Para que o processo tenha êxito é importante que a formação do professor da educação inclusiva seja contínua, assim é fundamental a sua valorização a partir da assistência dos órgãos competentes.

A educação inclusiva não é apenas um processo de inserir o aluno com necessidade especial em sala de aula. É preciso que haja um trabalho de assistência dentro do processo de inclusão que propicie uma estrutura adequada ao aluno e aos profissionais.

No atual sistema de ensino o Atendimento a Educação Especial é mais um serviço caracterizado pelas políticas educacionais direcionadas a funcionar como um suporte ao processo educacional. A função das políticas educacionais tem como meta a complementação da formação educacional e social do seu público alvo, ou seja, dos alunos com algum tipo de necessidades especiais. Para isso, o serviço disponibiliza recursos didáticos de fácil acesso e estratégias para a plena inclusão do educando na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Segundo a Resolução nº IV, de 2 de outubro de 2009, que determina as Diretrizes relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade especial, em seu artigo 5º destaca que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. Podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a

Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Vale destacar que esse tipo de atendimento é feito priorizando o individualismo respeitando a integridade física e mental do educando e obrigatoriamente deve ser aplicado em horário posterior em que a criança estuda na sala de aula regular. O procedimento adotado pode ser realizado na própria unidade de ensino e tem como objetivo a não exclusão do aluno, mas um aprimoramento de suas habilidades e o desenvolvimento da aprendizagem.

Segundo Ropoli (2010) o objetivo principal do Atendimento Educacional Especial é que esse seja realizado dentro da própria escola. Para isso é importante que as necessidades educacionais específicas do aluno possam ser atendidas e discutidas diariamente por profissionais qualificados para esse tipo de serviço. Porém, os demais profissionais da unidade escolar corroborem de maneira indireta com o desenvolvimento desse processo de inclusão.

As políticas educacionais atualmente trazem importantes contribuições para o sistema de ensino. Principalmente no que diz respeito ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais. Em relação ao convívio familiar, essas políticas proporcionam uma convivência harmoniosa ao permitir que o aluno seja inserido de forma direta em grupo social.

Partindo do pressuposto acima citado, entendemos que o processo de inclusão fora do ambiente escolar deve estabelecer uma parceria com a família do educando. Para isso é importante que se articule métodos de atividade entre os professores e os membros da família responsáveis pelo aluno para garantir uma efetiva parceria no processo de desenvolvimento e inclusão.

2.4 A formação do professor de AEE

A formação docente é sem dúvida um paço essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e suas ramificações sendo que é a partir da qualificação profissional que o professor estará habito a desempenhar seu papel de educador dentro da conjuntura educacional. O professor deve está sempre atento às exigências do processo de ensino e diante dessa, buscar se adequar as renovações que lhes são apresentadas durante o exercício em sala de aula.

Para Oliveira (2015 p.25) “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”. Diante do exposto podemos afirmar que o êxito do processo educacional parte de início com a formação profissional do docente, assim como a sua qualificação e/ou especialização o qual irá trabalhar o processo de ensino/aprendizagem.

Ao se tratar da educação inclusiva é importante que o professor entenda as exigências que esse tipo de educação necessita. Assim, ele esteja preparado para enfrentar as dificuldades encontradas buscando solucioná-las cada situação para o bom andamento do processo educacional.

A formação do professor que trabalha com a educação inclusiva é um processo contínuo que vai além do exercício dentro de sala de aula e do trabalho com o aluno. É importante que esse profissional esteja motivado a executar a sua função aja visto, que o seu papel não se tratar apenas de incluir alunos no processo regular de ensino e sim, de docentes que a partir do processo inclusivo repensam os métodos de ensino/aprendizado o qual irá proporcionar igualdade a todos os educandos.

Ao trabalhar a educação inclusiva é fundamental que se faça uma abordagem do perfil do professor e sua metodologia de ensino. No entanto, é necessário lembrar que esse tipo de educação está direcionada para um público específico, a saber: os alunos com alguma necessidade especial e que precisam ser assistidos pelas políticas de inclusão educacional.

Segundo o manual de Implantação das SRMF, regulamentado pela Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, determina que: o profissional para atuar no atendimento educacional especializado, faz-se necessário que o mesmo tenha formação inicial, habilitado para exercício da docência e formação específica na educação especial. De acordo com essas diretrizes o professor para atuar em Sala Recursos Multifuncionais deve ter em seu currículo profissional graduado, pós-graduado e ou ter formação continuada que o habilite no exercício em educação especial e só a partir desses critérios ele estará qualificado para desempenhar esse tipo de trabalho.

No entanto, alguns métodos devem ser de inteiro conhecimento metodológico do professor como comunicação, sistema braille, orientação e mobilidade, soroban, ensino da língua brasileira de sinais-libras, ensino de língua portuguesa para surdos, atividades de vida diária, atividades cognitivas. Deste modo, é importante destacar que esse tipo de atendimento devera ser realizado pensando a educação inclusiva

como uma atividade complementar da educação principal. Para atender esse requisito é importante levar em consideração a habilidade do professor na adaptação com as aptidões e as necessidades de cada aluno.

Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras. (BRASIL, 2010 p.08).

Assim, pensamos que atribuições oriundas da educação inclusiva não devem vir apenas do projeto político pedagógico, mas também em diversas ocasiões essas são originaria da habilidade do professor no cotidiano em sala de aula. O professor que ministra aula em Salas de Recursos Multifuncionais tem como obrigação de participar de forma direta do projeto político pedagógico da unidade educacional o qual está inserido, através de reuniões, planejamento educacional e nos conselhos de classe.

Dentro da estrutura do processo de ensino a participação do professor na elaboração de projeto pedagógico trás uma segurança para as medidas de inclusão do aluno com necessidades especiais. Para o professor que trabalha a educação inclusiva o projeto pedagógico é parte essencial do seu método de ensino pós é a partir dele que o educador elabora seu plano de ensino e desenvolve sua atividade em sala de aula.

3 METODOLOGIA

A referida pesquisa tem como discussão metodológica, as políticas de inclusão educacional para alunos com necessidades especiais nas escolas da rede publica estadual de ensino localizada no município de Pombal Estado da Paraíba, tendo

como ponto inicial as salas de recursos multifuncionais. O trabalho está estruturado em quatro etapas sendo a primeira intitulada: Contexto Histórico Da Educação Inclusiva e a Declaração Universal Dos Direitos Humanos, a segunda: Política nacional de Educação Especial, a terceira: Sala de Recursos Multifuncionais e a quarta: Atendimento Educacional Especializado.

Os métodos adotados por desse trabalho são de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. No primeiro instante foi feito um levantamento de material bibliográfico baseado em artigos científicos que descrevem a referida temática, pesquisados em sites e plataformas digitais como: Google acadêmico e Scielo. Posteriormente, foi feita uma coleta de dados sobre as (SRM) a partir de aplicação de questionário e entrevistas feitas com professores que trabalham com salas de aulas multifuncionais.

De acordo com Gil (2009) a pesquisa se define como:

[...] como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. (GIL, 2009, p. 121).

Diante do exposto por Gil a pesquisa nos dar condição de elaborar um conteúdo investigativo para descrever uma problemática. Desta feita, para entender a importância das políticas de inclusão educacional a partir das Salas de Recursos Multifuncionais é importante que façamos um levantamento investigativo de todo Processo de Inclusão Especial dentro do sistema de educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos com a coleta de dados por esta pesquisa passam a ser apresentados a partir desse instante. Os mesmos foram coletados por aplicação de entrevistas em três escolas da rede estadual de ensino, localizadas no município de Pombal Estado da Paraíba. Aqui foram discutidos e analisados os métodos e números que teve como método de coleta entrevista com professores que trabalham as políticas de inclusão educacional através das salas de Recursos Multifuncionais, das seguintes unidades escolar: “Profª Joana Ivanildes Bandeira”, E.E.E.F.M. “João da Mata” e E.E.E.F.M. “Arruda Câmara”, ambas localizadas na área urbana do município de Pombal Estado da Paraíba.

Foi entrevistado um total de quatro professores, sendo todas do sexo feminino distribuídas da seguinte forma: uma na escola Prof^a. Joana Ivanildes Bandeira, uma na escola João da Mata e duas na escola Arruda Câmara, ambos fazem parte do quadro efetivo das referidas unidades educacionais. Todas as profissionais têm nível superior de escolaridade e especialização em psicopedagogia como também, experiência no campo de trabalho com educação inclusiva.

De acordo com as entrevistadas, os princípios fundamentais para o êxito da educação inclusiva a partir das Salas de Recursos Multifuncionais é a participação de todo corpo educacional da unidade escolar dentro desse processo. As entrevistadas também apontam a qualificação profissional dos docentes em cursos de formação continuada como ponto fundamental no desenvolvimento adequado dessas políticas de educação inclusiva.

Para MEC (BRASIL, 2009, p. 17), o professor, para trabalhar com o AEE, na Sala de Recursos Multifuncional, deverá ser graduado, pós-graduado e/ou possuir formação continuada habilitando-o a tal atendimento. No entanto, vale destacar que todas as profissionais entrevistadas preenchem esse requisito exigido. Assim, se consideramos a política de inclusão nas escolas da rede pública estadual de Pombal, onde a pesquisa foi realizada podemos afirmar que temos um padrão adequado de mão de obra para o devido exercício, aja visto que todas as profissionais daquelas unidades estão qualificadas a função.

O professor que trabalha com educação inclusiva, principalmente os das Salas de Recursos Multifuncionais participa normalmente das atividades pedagógicas, do conselho escolar, reuniões e corroborar com o (PPP) Projeto Político Pedagógico da unidade escolar onde ele está lotado como docente. Assim, ele estará desenvolvendo métodos e ações com os demais professores do ensino regular sempre com objetivo de melhorar o atendimento ao aluno.

Entendemos a Sala de Recursos Multifuncionais como sendo um espaço que proporciona um atendimento educacional especializado o qual disponibiliza oportunidade de desenvolvimento cognitivo para alunos com necessidades especiais melhorando a sua qualidade de vida. As Salas de Recursos Multifuncionais são equipadas para apresentar ao aluno com necessidade especial as mesmas oportunidades de aprendizado dos demais do ensino regular como determina as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2010).

As salas de recursos multifuncionais são compostas de equipamento Tipo I e

Tipo II. As salas que compõem o tipo I dispõem de equipamentos como: microcomputadores, fone de ouvido e microfones, *scanner*, impressora *laser*, teclado e colmeia, *mouse* e acionador de pressão, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, lupas manuais e/ ou lupa eletrônica, mesas, cadeiras, armário e quadro melânico. Enquanto que as salas de recursos multifuncionais do tipo II são compostas por todos os itens necessários ao desenvolvimento do aluno com alguma necessidade especial.

4.1 A sala de recurso multifuncional

A partir desse instante, a pesquisa descreve as Salas de Recursos Multifuncionais das escolas as quais, esse estudo foi realizado destacando os principais pontos de análise desses espaços de inclusão educacional. A primeira Sala de Recursos Multifuncionais aqui apresentadas foi da escola Professora Joana Ivanildes Bandeira, em Seguida da escola João da Mata e por ultimo a escola Arruda Câmara.

No entanto, esse estudo fez uma dissertação descrevendo todas às (SRM) sem empregar divisão por espaço analisado. Desta feita, as salas de recursos multifuncionais apresentaram os seguintes resultados assim descritos.

Tipo de Sala: a Sala de Recursos Multifuncionais da E.E.E.F. Prof^a. Joana Ivanildes Bandeira é do tipo I, tendo como recursos disponíveis itens que garantem um funcionamento adequado para as atividades de inclusão. No entanto, esse espaço de inclusão não oferecendo aos seus usuários uma diversidade de opções lúdicas para essa função.

A professora: a profissional docente, titular da SRM desta unidade de ensino tem em seu currículo profissional, escolarização de nível superior e formação continuada o que lhe permite uma qualificação e/ou habilidade ao cargo que executa.

Espaço Físico: o espaço físico da Sala de Recursos Multifuncionais desta não oferece adequação para o funcionamento correto deste tipo de atividade. A estrutura funciona numa sala apertada que não oferecendo acessibilidade adequada e nem facilidade para os usuários.

Os Tipos de atendimentos: a disponibilidade de atendimento para o usuário é

compostos por: leitura, escrita, atividades lúdicas com jogos que dependendo da ocasião, pode ser retirado do espaço e levado para outras salas como métodos auxiliares.

Número de alunos atendidos: ao todo a unidade escolar atende através do seu espaço de recursos multifuncionais um número de cinco (5) educandos, o tempo das aulas é de 60 minutos interruptos. A SRM da escola Professora Joana Ivanildes Bandeira atende seus alunos de segunda a sexta funcionando sempre em horário oposto as aulas regulares da turma assistida.

Em relação às tecnologias acessíveis a escola no momento da aplicação dessa pesquisa contava apenas com dois computadores, os quais, não estavam disponíveis aos alunos daquela unidade educacional, pôs encontravam-se quebrados. Desta forma, entendemos que os recursos disponíveis na escola não são suficientes e nem atende as necessidades dos alunos especiais ali matriculados.

Com relação aos planos pedagógicos, não são elaborados nenhum plano ao passo que a escola não oferece recursos suficientes para execução de diversas atividades. Por tanto, podemos concluir que a política de inclusão educacional da escola Professora Joana Ivanildes Bandeira não atende os padrões determinados pela LDB.

A sala de recurso multifuncional da Escola Estadual João da Mata também é do tipo I composta por diversos recursos pedagógicos para o atendimento ao educando com necessidade especial.

O Professor: a professora titular tem em seu currículo profissional formação acadêmica e formação continuada. Por tanto, a mesma preenche os requisitos exigidos para exercício da função o que facilita o desenvolvimento do processo de inclusão.

O aluno com necessidade especial que frequenta referido espaço de inclusão precisa está matriculado na referida unidade de ensino onde é acompanhado por uma assistência até enquanto estiver fazendo uso da sala de recursos multifuncional.

A estrutura física do ambiente é composta um espaço amplo que oferece facilidade de acesso às suas dependências. Dentre essa, podemos citar: a rampa de auxílio a cadeirantes, corrimões para deficiente visual e um amplo espaço interno da sala com ar-condicionado e objetos de uso. A sala está adaptada a alunos com os

seguintes tipos de necessidades especiais: Surdo, transtorno do espectro autismo e outras necessidades.

Os tipos ferramentas lúdicas disponíveis ao aluno com necessidade especial são: jogos, leituras, atividades lúdicas, informática entre outros.

O atendimento ao aluno é feito em turno oposto ao de ensino regular desta forma, não há prejuízo no aprendizado do mesmo. As atividades tem duração de 50 minutos ininterruptos. A (SRM) da escola João da mata assiste os seus alunos de segunda-feira a sexta-feira em horário oposto das aulas regular.

Com relação a algumas tecnologias a escola registra algumas deficiências, mas a oferta atende de modo satisfatório o educando que utiliza a sala de recursos multifuncional daquela unidade educacional.

Dentro dos recursos pedagógicos disponíveis a sala de recursos multifuncionais da escola estadual João da Mata, há uma grande variedade de jogos, livros, acessórios que atendem diversas necessidades dos alunos que frequentam aquele espaço.

A escola disponibiliza um projeto político pedagógico que está adequado as políticas de inclusão educacional. Assim, cada aluno é assistido de modo individual, trabalhando diretamente cada necessidade o que proporciona maior desempenho do aluno.

A escola estadual “Arruda Câmara” conta em seu espaço físico com duas salas de recursos multifuncionais. No entanto, ambas são do tipo I, compostas com diversos recursos pedagógicos e ferramentas lúdicas de inclusão.

As duas professoras que trabalham com as salas de recursos multifuncionais daquela unidade de ensino tem em seus currículos, nível superior de formação e especialização em formação continuada. Por tanto, ambas estão aptas ao exercício da função sem nenhum prejuízo para os educandos.

O aluno com necessidade especial que frequentar uma daquelas unidades de inclusão educacional daquela tem a sua disposição uma estrutura satisfatória que atendem as suas necessidades.

O espaço físico destas salas é amplo e com fácil acesso por meio de rampas e corrimões e piso de tátil. A estrutura interna das unidades compreende uma adaptação adequada ao desenvolvimento de atividades lúdicas.

Em qualquer dos dois espaços está estruturado para atender qualquer tipo de necessidade educacional o que permite a inclusão de estudantes como surdos,

físico, ou com Espectro Autismo entre outras.

O aluno terá a sua atividade de inclusão em horário oposto ao seu período de estudo regular sendo acompanhado por uma especialista enquanto está em exercício da atividade. As atividades tem a duração de 50 minutos de duração.

A escola conta com tecnologia acessível em ambos os espaços onde funcionam as atividades de recursos multifuncionais. Porém, assim como as demais unidades escolares onde essa pesquisa foi realizada, as salas de recursos multifuncionais da escola Arruda Câmara também registram algumas dificuldades em relação ao seu funcionamento como falta de alguns equipamentos e ou ferramentas lúdicas.

Os recursos pedagógicos há uma grande quantidade de recursos pedagógicos em ambas as salas de diversas variedades como: jogos, livros e materiais lúdicos disponíveis as necessidades dos alunos que fazem uso daqueles espaços.

Ao todos onze (11) alunos fazem usos das salas de recursos multifuncionais da escola Arruda Câmara com os mais variados tipos de necessidades especiais que tem aulas de inclusão de segunda-feira a sexta-feira sempre em horário oposto ao ensino regular daquela unidade de ensino.

Por ultimo, ao descrever esses espaços de inclusão educacional entendemos que ambos atende de forma parcial os alunos com necessidades especiais. No entanto, é necessário que ambas busquem solucionar as dificuldades existentes para que exista uma politica de inclusão educacional de forma concreta.

5 CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa ao trabalharmos as politicas de inclusão educacional encontramos diversas dificuldades as quais fazem parte do cotidiano dos profissionais da educação que trabalham com as salas de recursos multifuncionais. Dentre essas dificuldades podemos citar: a falta de materiais e recursos específicos para atender as necessidades de cada aluno denominado especial. Por outro lado podemos destacar a falta de parceria família do aluno com a escola e por consequente, com aprendizagem do educando através da sua inclusão no sistema regular de ensino.

Com a conclusão desse trabalho os dados revelados nos demonstraram que as salas de recursos multifuncionais da rede estadual de ensino localizadas no

município de Pombal-PB, estão adaptadas para exercer as políticas educacionais destinadas à inclusão de alunos com de necessidades especiais. Todas as (SRMs) analisadas por esse estudo disponibilizam ferramentas que permitem a prática de inclusão educacional.

No entanto, os espaços de recursos multifuncionais destas unidades educacionais também registram dificuldades que precisam de solução e desta forma esses espaços ofereçam um Atendimento Educacional Especializado – AEE adequado e com mais qualidade.

Por tanto, ao concluir essa pesquisa a qual nos permitiu fazer uma avaliação sobre as políticas de inclusão educacional e seus benefícios para os educandos que se utilizam dessa ferramenta através das salas de recursos multifuncionais. Percebemos que mesmo com os avanços, esse tipo de serviço ainda apresenta falhas na sua execução em pontos essenciais como: planejamento, projeto pedagógico, materiais lúdicos entre outros.

No entanto, às Salas de Recursos Multifuncionais as quais essa pesquisa abordou, verificamos que não estão totalmente equipadas para atender o aluno com necessidade especial aja visto que todas elas apresentaram algum tipo de falhas. Isso fica demonstrado quando notamos a ausência de alguns materiais e recursos lúdicos para o uso contínuo dos alunos com necessidades especiais.

Outro ponto que nos chamou atenção diz respeito às unidades analisadas apresentam o tipo I de Sala de Recurso Multifuncionais. Quanto à qualificação profissional dos professores que atuam nesse tipo de educação, verificamos que todos os profissionais ali lotados apresentam currículos compatíveis com o exercício da função.

Para concluir essa pesquisa, observamos que dentro dos espaços destinados as Salas de Recursos Multifuncionais das unidades escolares onde esse estudo foi realizado, precisa de mais investimento e melhoria na qualidade do serviço. No entanto, dentro diante dos recursos pedagógicos existentes, esses espaços promove a inclusão buscando não deixar de foram do processo educacional nenhum aluno com necessidade especial que estão inseridos nas escolas analisadas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Fabio; SALETE, Maria. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2019.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. **Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20042006/2004/lei/l10.845.htm. Acesso em: 5 out 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**: Institui a prática como componente curricular. Parecer CNE/CP9/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de janeiro de 2002, seção 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 10 de Set de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Salas de recurso multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA; J. M. L.: **O Atendimento Educacional Especializado Na Rede Municipal De Ensino De Pombal/PB**. Jorge Miguel Lima Oliveira: Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação da [Faculdades Integradas de Patos]-Patos-PB. 2015.

ROPOLI, E. A. at; al: **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** /Edilene Aparecida Ropoli - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1.

SANTOS, K. S. **A Política Nacional de Educação Especial e a 'Perspectiva Inclusiva: Novos 'referenciais' cognitivos e normativos**. X ANPED Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

ANEXO A – ENTREVISTA

Discente: Fernando Vieira de Sousa

Curso Licenciatura Plena em Matemática

Objetivo: Verificar o funcionamento da sala de recursos multifuncionais nas escolas estaduais da cidade de Pombal-PB

Entrevista

1º) Saber se a sala é tipo “1” e Tipo “2”

2º) Saber se teve formação iniciada e continuada.

3º) Verificar a estrutura física da sala.

4º) Quais os tipos de atendimento são oferecidos nessa sala.

5º) Solicitar o CID dos alunos ou a

deficiência. 6º) O tempo de

atendimento é?

() 50 min () 40 min () 30min

7º) Essa escola tem tecnologia acessível?

8º) Os recursos pedagógicos são

suficientes? () Sim () Não

9º) Se são criados ou elaborados recursos pedagógicos de acordo com as necessidades do aluno atendido?

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus primeiramente, por toda conquista e pelo dom da vida. A minha mãe Joseni Francisca de Sousa Almeida, ao meu Orientador Professor Jorge Miguel de Lima Oliveira por toda paciência e dedicação ao me orientar. A minha namorada Mayana Ferraz de Brito Sousa pelo apoio incondicional, aos meus amigos Israel de Sousa Silva (Ceará) e João Erick Alves do Nascimento pelas dicas e nos momentos de duvidas. A todos vocês, o meu muito obrigado.